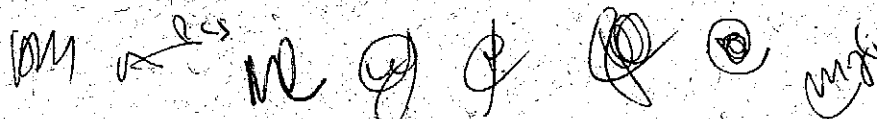


1 Ao segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às nove horas e vinte minutos,  
2 na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração Federal  
3 Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito  
4 Federal, iniciou-se a primeira plenária do décimo oitavo plenário do Conselho Federal de  
5 Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião: Adinete Souza da Costa Mezzalira, Alessandra  
6 Santos de Almeida, Ana Paula Soares da Silva, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega,  
7 Anna Carolina Lo Bianco, Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, Célia Zenaide da Silva,  
8 Dalcira Pereira Ferrão, Fabián Javier Marin Rueda, Isabela Saraiva de Queiroz, Izabel  
9 Augusta Hazin Pires, Katya Luciane de Oliveira, Losiley Alves Pinheiro, Maria de Jesus  
10 Moura, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Marina de Pol Poniwas, Marisa Helena Alves, Neuza  
11 Maria de Fátima Guareschi, Robenilson Moura Barreto, Rodrigo Acioli Moura, Tahiná Khan  
12 Lima Vianey. A conselheira Norma Celiane Cosmo teve sua ausência na presente data  
13 justificada pela necessidade de partida no dia anterior, em função da ausência de linhas aéreas  
14 de retorno para sua cidade no dia de domingo. **CONTINUAÇÃO DOS PONTOS DE**  
15 **PAUTA. 16. DELIBERAÇÃO SOBRE CALAMIDADE PÚBLICA CAUSADA PELAS**  
16 **CHUVAS:** Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega propôs para discussão a temática em  
17 caráter emergencial em face dos últimos desastres climáticos ocorridos em algumas regiões  
18 do país e da demanda de parte da categoria pela ação do CFP a respeito. Rodrigo Acioli Moura  
19 sugeriu a produção de uma nota de orientação à categoria para sua atuação em situações de  
20 emergência e calamidades públicas. Ana Paula Soares da Silva avalia que esses  
21 acontecimentos refletem um processo segregatório de ocupação da terra e de construção dos  
22 espaços urbanos. Nesse sentido, propõe que seja feito um planejamento mais amplo,  
23 envolvendo não apenas os desastres em Minas Gerais e no Espírito Santo, mas também  
24 levando em consideração as mudanças climáticas e os desastres ambientais provocados pela  
25 ação exploratória do homem na produção de desigualdades. Dalcira Ferrão afirma que, em  
26 Belo Horizonte, as chuvas estão mais intensas no presente ano, afetando inclusive áreas  
27 nobres, o que repercute em pressões sobre psicólogos que sempre atuaram em desastres com  
28 populações vulneráveis, para que atuem prioritariamente sobre as regiões ricas afetadas pelos  
29 desastres. Marisa Helena Alves relatou as atividades desenvolvidas pelo CFP no campo da  
30 atuação da psicologia em Emergências e Desastres, com a produção de Referências Técnicas



31 do CREPOP, a ser lançada ainda este ano, e com a atuação no Grupo de Trabalho de APAF  
32 sobre Emergências e Desastres. A conselheira propôs ainda a realização de um Diálogo Digital  
33 sobre a temática e sua conjuntura, a se realizar no mês de fevereiro ou março. Alessandra  
34 Santos de Almeida relata a importância de compreender as relações desses acontecimentos  
35 com variados fenômenos explorados pela Psicologia Ambiental e pelos estudos da  
36 problemática das cidades. A conselheira sugeriu também pautar a temática em eventos e  
37 produções do CFP, que valem a pena ser divulgadas à categoria e à sociedade, colocando na  
38 página virtual da instituição. Ana Paula Soares da Silva fala da Associação Brasileira de  
39 Psicologia Ambiental (ABRAPA) como uma possibilidade de articulações. Izabel Augusta  
40 Hazin Pires sugeriu atentar à construção de um diálogo que incorpore a diversidade de  
41 experiências com emergências e desastres, como a questão da seca no nordeste, a questão do  
42 vazamento de óleo, dentre outros. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega propõe a  
43 realização de uma nota orientativa à categoria. A conselheira também propõe o enfoque sobre  
44 o contexto das emergências e desastres também na região nordeste, envolvendo chuvas e a  
45 questão da seca. **16.1. Encaminhamentos:** Para o planejamento estratégico, elaborar trabalho  
46 mais ampliado, com uma campanha que pense ao longo do ano ações contínuas. Resgatar as  
47 publicações do CFP sobre o tema para mais evidência nas páginas virtuais da instituição.  
48 Buscar articulações com ABRAPA, Cruz Vermelha e, em âmbito internacional, com a Rede  
49 Latino-Americana de Emergências e Desastres (Red LAPED). Fazer ofício para todos os  
50 Regionais propondo a realização de Comissões locais para discussão da atuação em  
51 Emergências e Desastres e solicitando saber o que vem sendo feito localmente acerca do tema.  
52 Realizar Diálogo Digital dia 19 ou 20 de fevereiro, pautando as circunstâncias dos desastres  
53 no contexto da responsabilidade humana e do direito à cidade, tendo Marisa Helena Alves  
54 como mediadora. Foram indicados como possíveis participantes desse Diálogo Digital:  
55 Ângela Coelho; Maria Conceição Pereira e Cristiane Santos de Sousa Nogueira. Na eventual  
56 declinação de alguma das indicações, Roberta Borghetti Alves (do Conselho Regional de  
57 Psicologia da 12ª Região e da ABRAPA) fica designada como nome suplente. Havendo a  
58 necessidade de mais um nome substituto, deliberou-se procurar nome representante da Cruz  
59 Vermelha. Encaminhou-se ainda ressaltar que as entidades e pessoas participantes são  
60 convidadas, não constituindo em co-produtores da atividade, uma vez que o Diálogo Digital

61 é do CFP. Ficou definido ainda fazer consulta a outros Conselhos Federais sobre medidas de  
62 renúncia de anuidades a suas respectivas categorias (enfermagem, fisioterapia e terapia  
63 ocupacional e contabilidade) e realizar um novo estudo junto à Gerência Jurídica sobre  
64 eventuais implicações e limites jurídico-administrativos para adoção de políticas de  
65 parcelamento, desconto e renúncia de anuidades para psicólogos afetados por contextos de  
66 crimes ambientais, emergências, desastres e calamidades públicas. Utilizar o CFP Divulga  
67 para dar conhecimento à categoria de materiais e iniciativas dos Regionais em emergências e  
68 desastres. O debate sobre a temática foi encaminhado para ser pautado no Planejamento  
69 Estratégico. **17. ALTERAÇÃO REGIMENTO INTERNO DO CRP09:** Marisa Helena  
70 Alves apresentou o parecer final, produto da apreciação das Gerências Jurídica, Técnica e  
71 Administrativa Financeira, além da Secretaria de Orientação e Ética e da Ouvidoria do CFP.  
72 O parecer recomendou devolução do Regimento ao Conselho Regional da 9ª Região, do  
73 estado de Goiás, para reforma dos artigos do Regimento, podendo ser novamente submetido  
74 ao Plenário do CFP após realizadas as alterações recomendadas pelo parecer. **17.1.**  
75 **Encaminhamentos:** O parecer foi aprovado por unanimidade. **18. SOLICITAÇÃO DE**  
76 **ALTERAÇÃO DE REGIMENTO INTERNO CRP 17:** Marisa Helena Alves apresentou o  
77 parecer final, que recomendou aprovação do Regimento ao Conselho Regional da 17ª Região,  
78 do estado de Rio Grande do Norte, com alterações, com referência em específico ao artigo 38  
79 do regimento. **18.1. Encaminhamentos:** O parecer foi aprovado por unanimidade. **19.**  
80 **MINUTA DE RESOLUÇÃO PARA REGISTRO DE INTERSEXOS:** Ana Sandra  
81 Fernandes Arcoverde Nóbrega pediu a contextualização da Coordenação Geral sobre o ponto.  
82 A demanda é de subsídios e apoio do CFP ao posicionamento do Fórum Nacional de Infância  
83 e da Juventude (FONINJ), na qual vem sendo feita a proposição de uma Resolução que possa  
84 reformar entendimento na Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que, por meio da decisão  
85 de uma desembargadora, determina prazo de dois meses para o registro da criança com sua  
86 designação sexual vinculada à realização de exames médicos. Ana Sandra Fernandes  
87 Arcoverde Nóbrega destacou a urgência da demanda considerando a reunião do FONINJ no  
88 dia seguinte, dia 3 de fevereiro de 2020. A conselheira apresentou o posicionamento elaborado  
89 por Paula Sandrine Machado, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Psicologia  
90 (ANPEPP). Na oportunidade, Maria Juracy Filgueiras Toneli e Maria de Jesus Moura

*Assinatura*

*Assinatura*

*Assinatura*

*Assinatura*

*Assinatura*

*Assinatura*

*Assinatura*

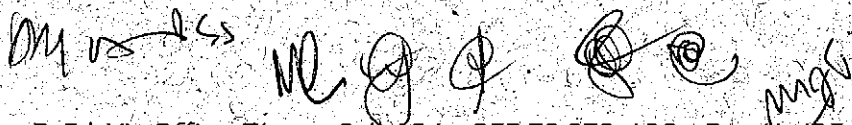
*Assinatura*

*Assinaturas manuscritas*


91 propuseram a designação de Paula Sandrine Machado como interlocutora colaboradora do  
92 CFP no diálogo com o FONINJ. **19.1. Encaminhamentos:** Aprovado o apoio do CFP ao  
93 documento elaborado pela ANPEPP e a designação de Paula Sandrine Machado como  
94 interlocutora do CFP com o FONINJ. Em momento posterior, Paula Sandrine Machado deve  
95 ser convidada ao Plenário, que deve retomar o debate acerca da temática. O CFP solicitará a  
96 Paula Sandrine Machado a revisão do uso do termo menor como designativo de crianças e  
97 adolescentes no texto, acrescentando nota de rodapé explicativa do aparecimento do termo  
98 nos casos em que o mesmo não possa ser adequadamente substituído, como nos trechos de  
99 citação literal. Às doze horas e trinta e cinco minutos, a plenária suspendeu as suas atividades  
100 para o intervalo de almoço, retornando às treze horas e quarenta e um minutos.  
101 **CONTINUAÇÃO DOS PONTOS DE PAUTA: 20. ASSINATURA DE MANIFESTO:**  
102 **MÃES NA LUTA - REVOGAÇÃO DA LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL - LEI**  
103 **12.318/2010:** Marina de Pol Poniwas apresentou o ponto, informando que o Coletivo Mães  
104 na Luta encaminhou manifesto e carta-compromisso pela revogação da Lei 12.318/2010 - Lei  
105 de Alienação Parental (LAP), solicitando apoio do CFP nesta pauta, por meio da adesão do  
106 Manifesto. A conselheira informa que o Sistema Conselhos vem construindo junto à categoria  
107 posicionamento, por meio de trabalhos desenvolvidos com os Conselhos Regionais, mas que  
108 o CFP não se encontra no momento com um posicionamento consolidado com todo o Sistema.  
109 **20.1. Encaminhamentos:** O CFP não manifestará seu apoio ao manifesto coletivo. O CFP  
110 dará continuidade à discussão da temática com vistas à construção de um posicionamento  
111 conjunto com os Conselhos Regionais. Informar às entidades demandantes que o CFP está em  
112 consulta aos Conselhos Regionais e à categoria para formular materialmente o seu  
113 posicionamento à lei. Buscar informações internas no CFP para resgatar o contexto em que o  
114 conselho se pronunciou contrário ao processo de formulação da lei 12.318/2010, sobre  
115 alienação parental. Enviar ao plenário, por correio eletrônico, o manifesto apresentado no  
116 ponto de pauta. **21. PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO NACIONAL DE**  
117 **ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS) - SOCIEDADE CIVIL:** Célia Zenaide da Silva  
118 apresentou o ponto, destacando a importância do CNAS para as pautas dos CFP, e descrevendo  
119 as características do CNAS, com relação às suas atividades e seu regime eleitoral, que não  
120 permite substituição de representantes no assento do CNAS. A conselheira relata que o CFP

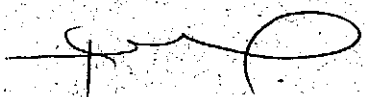
121 não garantiu assento no processo eleitoral passado. Célia Zenaide da Silva pontuou que não  
122 tem disponibilidade para ser novamente a representante da candidatura do CFP no CNAS,  
123 fazendo a defesa do nome de Larissa Farias, psicóloga atuante no Fórum Nacional de  
124 Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS do estado de Pernambuco. **21.1.**  
125 **Encaminhamentos:** Encaminhar o edital de chamamento do processo eleitoral às  
126 conselheiras do Plenário. Pautar o processo eleitoral do CNAS no FENPB com o propósito de  
127 realizar as articulações necessárias para dispor de entidades da Psicologia na condição de  
128 eleitoras do processo. Buscar articulação com outras entidades que possam se candidatar a  
129 eleitoras no pleito em favor do CFP. Larissa Farias foi indicada para ser a representante do  
130 CFP na candidatura à vaga no CNAS. **22. INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE**  
131 **AVALIAÇÃO DO EDITAL DE EVENTOS 2020:** Ana Sandra Fernandes Arcoverde  
132 Nóbrega apresentou o ponto, contextualizando o histórico do Edital de Eventos do CFP,  
133 destacando a necessidade de designação de uma conselheira por região do país para a  
134 composição da Comissão de Avaliação do referido edital. **22.1. Encaminhamentos:** Foram  
135 designados Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, pela região Nordeste; Isabela Saraiva de  
136 Queiroz, pela região Sudeste; Neuza Maria de Fátima Guareschi, pela região Sul; Robenilson  
137 Moura Barreto, pela região Norte; e Tahiná Khan Lima Vianey, pela região Centro-Oeste. **23.**  
138 **NOTA DE FALECIMENTO DE FERNANDA BENVENUTTY (incluído na hora):**  
139 Dalcira Ferrão dá ao Plenário conhecimento do falecimento de Fátima Bevenucci, militante  
140 importante da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). **23.1.**  
141 **Encaminhamentos:** CFP elaborará nota com o apoio da Gerência de Comunicação. A nota  
142 foi elaborada, apresentada por Dalcira Ferrão e aprovada pela plenária sem destaques. **24.**  
143 **PROCESSO ELEITORAL:** Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega apresenta o ponto,  
144 contextualizando o Processo Eleitoral do Sistema Conselhos de Psicologia, que demanda  
145 novamente a constituição de um responsável do Plenário pelo acompanhamento da Comissão  
146 de Reformulação de Regimento Eleitoral, a ser designada com a composição dos Conselhos  
147 Regionais na próxima APAF, dos dias 29 a 31 de maio de 2020. A conselheira informa ainda  
148 que esta etapa não implica, a quem for participar pelo Plenário, o impedimento de candidatura  
149 às próximas eleições. **24.1. Encaminhamentos:** Rodrigo Acioli Moura foi designado como  
150 representante do Plenário pela temática. Convidar a coordenadora do processo eleitoral

151 anterior, Iolete Ribeiro, para contribuir com a atualização dos documentos do processo  
152 eleitoral. **25. PLS 101/2018 - REGULAMENTA A PROFISSÃO DE PSICANALISTA:**  
153 Anna Carolina Lo Bianco apresenta o ponto, contextualizando a proposição da lei por força  
154 de interesses de grupos de religiosos e outras lideranças que, não sendo psicólogas,  
155 empreenderam a produção de projetos de lei que regulamentam a profissão de psicanalista  
156 para se inserirem como tais. A conselheira relata a tramitação do projeto de lei em instância  
157 terminativa no Congresso Nacional, destacando a ausência da consulta às entidades brasileiras  
158 de psicanálise, que em sua totalidade vem se posicionando historicamente contrárias à  
159 regulamentação como profissão. No Senado, foi apresentado requerimento à realização de  
160 audiência pública sobre o projeto de lei, convidando o CFP e outras entidades psicanalíticas  
161 brasileiras. **25.1. Encaminhamentos:** Aprovado o nome de Anna Carolina Lo Bianco para a  
162 audiência pública que deve ser agendada para qualquer momento. Anna Carolina Lo Bianco,  
163 em conjunto com Maria de Jesus Moura, Isabela Saraiva de Queiroz, Robenilson Moura  
164 Barreto e Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, trabalharão na elaboração de subsídios para o  
165 posicionamento do CFP na audiência pública, a ser elaborado pela Gerência Técnica. **26.**  
166 **ASSINATURA DE MANIFESTO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSISTENTES**  
167 **SOCIAIS E PSICÓLOGOS DA ÁREA SOCIOJURÍDICA (AASPSI) SOBRE**  
168 **DEPOIMENTO ESPECIAL:** Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega apresentou o  
169 manifesto por meio da leitura do documento. Contextualizando-o posteriormente, a  
170 conselheira avaliou como parcialmente irreversíveis as ações tomadas ora pelo Poder  
171 Judiciário no tocante à escuta de crianças e de adolescentes, abrindo a possibilidade de que  
172 advogados e outros profissionais realizem a referida escuta, na hipótese de psicólogas e  
173 psicólogos não o fizerem. Marina de Pol Poniwas relata outras movimentações graves de  
174 atores do Sistema de Justiça, no sentido de monitorar as atividades de escuta psicológica  
175 desenvolvida no contexto do judiciário com vistas à produção de provas processuais. Com  
176 referência ao texto, Izabel Augusta Hazin Pires sugere tirar “metodologia de extração da  
177 verdade” do conteúdo do texto ou colocá-lo entre aspas, no interior documento, enfatizando  
178 que a extração da verdade presumida na escuta judicial não caracteriza uma verdade em  
179 sentido objetivo, estrito, e nem sequer é passível de ser obtida por meio de qualquer método  
180 de extração, como sustentam atores do Poder Judiciário. **26.1. Encaminhamentos:** A



181 assinatura do manifesto foi aprovada, com propostas de alteração ao documento. Marina de  
182 Pol Poniwas deverá propor as alterações do documento, a serem aprovadas pelo Plenário por  
183 meio virtual, e encaminhada à AASPSI. **27. GUIA DE TERMINOLOGIAS:** A conselheira  
184 Ana Sandra Fernandes apresentou o ponto que consistiu na distribuição de Guia sobre temas  
185 que permeiam os direitos humanos, contribuindo para diminuir preconceitos e estigmas, e para  
186 unificar conhecimentos e usos de linguagem pelo Plenário do CFP. Ana Sandra Fernandes  
187 Arcoverde Nóbrega pontuou que o uso inadvertido da linguagem pode reforçar a segregação  
188 e a exclusão. A conselheira pontuou também que o guia não está finalizado, ficando aberto a  
189 proposições do Plenário e das demais áreas, com o aprimoramento constante. O guia foi  
190 distribuído entre as integrantes do Pleno. **27.1 Encaminhamentos:** O Guia será pautado para  
191 a plenária de março, sendo discutidas eventuais alterações propostas pelas conselheiras. **28.**  
192 **ADIAMENTO DO SEMINÁRIO SOBRE SITUAÇÃO EM POPULAÇÃO DE RUA:**  
193 Marina de Pol Poniwas apresenta o histórico do ponto relatando a iniciativa de organização  
194 do Seminário em parceria com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua  
195 (MNPR), envolvendo as Comissões de Psicologia na Assistência Social e a Comissão de  
196 Direitos Humanos do CFP. Inicialmente, o Seminário foi planejado para realização na cidade  
197 de São Paulo, contando com o apoio do Conselho Regional de Psicologia local, mas que, ao  
198 longo do final do ano de 2019, foi prejudicado em função do calendário eleitoral do Sistema  
199 Conselhos. Nesse sentido, a conselheira propôs a definição do adiamento do Seminário,  
200 cogitando-se também a possibilidade de mudança do local de realização do evento para a  
201 cidade de Brasília. Na ocasião, Alessandra Santos de Almeida e Rodrigo Acioli Moura  
202 manifestaram disponibilidade para articular, junto aos Conselhos Regionais de suas  
203 respectivas localidades, nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro, a mudança do local do  
204 Seminário para um dos dois estados citados. Izabel Augusta Hazin Pires sinalizou também a  
205 disponibilidade para tentativa de articulação de parceria com a Universidade Federal do Rio  
206 Grande do Norte, o que permitiria também ao Conselho Regional de Psicologia do estado, da  
207 17ª Região, acolher o Seminário. A Coordenação Geral do CFP informou ainda ao Plenário  
208 que os custos orçados para a realização do evento são elevados, ao que Ana Sandra Fernandes  
209 Arcoverde Nóbrega destacou que demandarão a realização de parcerias com os Conselhos  
210 Regionais e com outras entidades para o financiamento do seminário. Nesta ocasião, Rodrigo

211 Acioli Moura sugeriu modificar o planejamento do seminário por meio de conferências  
212 virtuais, de modo a reduzir custos de realização e possibilitar também o alcance de um número  
213 maior de participantes localizados pelo país. Diante das ideias apresentadas, Ana Sandra  
214 Fernandes Arcoverde Nóbrega propôs que o Plenário não defina no momento o local de  
215 realização do evento, levando em consideração a participação de outros atores para o  
216 planejamento do evento. **28.1. Encaminhamentos:** A posição pelo adiamento foi aprovada  
217 pelo Plenário. A GTec agendará Reunião Telefônica com Alessandra Santos de Almeida,  
218 Rodrigo Moura Acioli, Marina de Pol Poniwas, Izabel Augusta Hazin Pires e Miraci Mendes.  
219 A mesma Gerência agendará uma segunda reunião telefônica entre essas conselheiras e  
220 conselheiros junto à Comissão Organizadora do Seminário, com o propósito de retomar o  
221 planejamento de uma nova data. **29. APROVAÇÃO DE NOTA SOBRE OS 4 ANOS DE**  
222 **FALECIMENTO DE MARCUS VINICIUS "MATRAGA" (incluído na hora):** Ana  
223 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega leu a nota, sendo aprovada sem destaques pelo Plenário.  
224 A reunião foi encerrada às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Esta ata foi lavrada por  
225 mim, Fabián Javier Marin Rueda, Conselheiro-Secretário, e assinada por todos os presentes  
226 nomeados. 



Dalena Ferrão  
Autografo



Roseane Bezerra  
Autografo

Pauline de Jesus  
Wenderson  
Maurice Helene da S.

Fabián Javier Marin Rueda  
Autografo

Josely Alves Pinheiro

Izabel Augusta

Carolina Chamão

Miraci Mendes

Miraci Mendes

Maria de Jesus Moura  
Autografo